



PARLAMENTO EUROPEU

2009 - 2014

---

Comissão das Petições

---

**2009/2002B(BUD)**

2.10.2009

# PARECER

da Comissão das Petições

dirigido à Comissão dos Orçamentos

sobre o projecto de orçamento geral da União Europeia para o exercício de 2010, Secção VIII - Provedor de Justiça  
(C7-0128/2009 – 2009/2002B(BUD))

Relatora: Margaret Auken

PA\_NonLeg

## JUSTIFICAÇÃO SUCINTA

A Comissão das Petições tomou nota das previsões do Provedor de Justiça Europeu relativas às necessidades orçamentais para o exercício de 2010, que o mesmo submeteu ao Presidente do Parlamento Europeu nos termos do artigo 31.º do Regulamento Financeiro.<sup>1</sup>

As tarefas fundamentais do Provedor de Justiça são:

- corrigir e prevenir casos de má administração por parte das instituições e órgãos comunitários tratando das queixas e procedendo a inquéritos, com base em queixas ou por sua própria iniciativa;
- comunicar eficazmente com os cidadãos europeus, informá-los sobre os seus direitos ao abrigo da legislação da UE e promover soluções eficazes para a protecção desses direitos.

No desempenho destas funções, o Provedor de Justiça é assistido por um secretariado que, para além de lidar com as queixas e os pedidos de informações, também realiza tarefas administrativas horizontais para assegurar a gestão geral da instituição. Entre essas tarefas encontram-se a gestão orçamental, financeira e do pessoal, a correspondência com os cidadãos, a gestão das TI, a ligação com outras instituições, etc.

### **Carga de trabalho**

Em 2008, o Provedor de Justiça recebeu 3 406 novas queixas (3 214 em 2007), das quais 802 (25%) se inseriam no âmbito das suas competências. Destas, 281 eram não admissíveis e 228 eram admissíveis, não contendo, todavia, motivos para a abertura de um inquérito. Em 293 casos (9.1%) foi aberto um inquérito. O Provedor de Justiça abriu também 3 inquéritos por sua própria iniciativa e elaborou 1 Relatório Especial.

Em 70% dos casos analisados em 2008, ou foi facultado aconselhamento ou o caso foi transmitido a um membro da Rede de Provedores de Justiça, à rede SOLVIT ou a outro organismo responsável pelo tratamento de queixas nos Estados-Membros. O Provedor remeteu 191 casos para a Comissão das Petições.

Em 2008, o Provedor de Justiça encerrou 355 inquéritos (350 em 2007), o que torna 2008 o melhor ano de sempre na história do Provedor de Justiça em matéria de inquéritos concluídos. O ano de 2008 também foi o melhor de sempre em relação ao número de projectos de recomendações e de soluções amigáveis propostas e aceites. Também a rapidez de tratamento dos inquéritos aumentou. Actualmente 52% dos inquéritos são encerrados no prazo de um ano e 68% no prazo de um ano e meio.

### **Características principais do orçamento de 2010**

As previsões orçamentais do Provedor de Justiça para 2010 apontam para um total de 9 543 000 euros, o que equivale a um aumento de 7,14% (+ 636 120 euros) em comparação com o orçamento de 2009. Este montante inclui o impacto da inflação e o aumento do custo de vida previsto pela Comissão;

---

<sup>1</sup> Regulamento (CE, Euratom) n.º 1605/2002 do Conselho, de 25 de Junho de 2002, que institui o Regulamento Financeiro aplicável ao orçamento geral das Comunidades Europeias (JO L 248 de 16.09.02, p.1).

Um montante de 296 000 euros, já parcialmente incluído no orçamento de 2009, foi previsto para ter em conta as eventuais consequências das eleições para o Provedor de Justiça. Essas dotações poderão ser necessárias para fazer face às consequências financeiras de uma eventual saída do actual Provedor de Justiça e consequente eleição de um novo Provedor de Justiça.

O quadro de efectivos do Provedor de Justiça contém 63 lugares (34 AD e 29 AST). O capítulo orçamental respeitante a funcionários e agentes temporários revela um aumento de 9,56% (+ 545 120 euros). Este aumento será utilizado para financiar o impacto anual total dos 6 novos lugares concedidos em 2009, os custos dos ajustamentos anuais e as promoções e revalorizações (3 AST e 2 AD) solicitadas para 2010. O Provedor de Justiça não solicita novos lugares para 2010.

### **Política de formação**

Um elemento importante da previsão de receitas e despesas para 2010 é o substancial aumento solicitado para formação. O Provedor de Justiça decidiu implementar uma nova política de formação, uma vez que as estatísticas demonstram que o seu pessoal recebe, em média, uma formação consideravelmente menor (1,8 dias) do que os funcionários das outras instituições. Cerca de 70% do pessoal do Provedor de Justiça trabalha em Estrasburgo, o que significa que está numa posição menos favorável para beneficiar dos cursos de formação organizados no Luxemburgo ou em Bruxelas. Este aspecto geográfico também tem um impacto significativo em termos de ajudas de custo. O Provedor de Justiça solicita, portanto, um aumento de 28 000 euros no seu orçamento para formação.

### **Economias e reafectação**

O Provedor de Justiça procura sistematicamente em todas as rubricas orçamentais possibilidades de fazer economias, de modo a que os recursos economizados possam ser utilizados para financiar projectos identificados pela gestão para o ano seguinte. Em resultado deste exercício, 17 rubricas orçamentais num total de 22 revelam uma diminuição em termos reais em relação ao orçamento de 2009 e 43,7% do aumento do orçamento para os Títulos I e II (Pessoal e Edifícios, respectivamente) são financiados pela redistribuição interna de recursos.

Os constantes esforços do Provedor de Justiça para fazer poupanças nos custos de tradução e interpretação resultaram numa diminuição de 2,2% no orçamento para 2009 em relação a 2008 e numa diminuição de 8,6% nas previsões para 2010, em comparação com o orçamento de 2009.

Foram também efectuadas poupanças em relação às principais publicações do Provedor de Justiça, relativamente às quais a rubrica pertinente demonstra uma diminuição (436 000 euros em 2009 e 422 000 euros em 2010).

## SUGESTÕES

A Comissão das Petições insta a Comissão dos Orçamentos, competente quanto à matéria de fundo, a incorporar as seguintes sugestões na proposta de resolução que aprovar:

1. Considera que os recursos orçamentais solicitados pelo Provedor de Justiça lhe permitirão cumprir as suas obrigações de forma adequada e desempenhar eficazmente as suas funções;
2. Observa que o orçamento do provedor de Justiça revela um aumento de 7,14% (+ 636 120 euros) relativamente ao orçamento de 2009;
3. Regista com agrado que, durante 2008, o Provedor de Justiça conseguiu concluir 355 inquéritos (350 em 2007 e 250 em 2006), o que faz de 2008 o melhor ano de sempre no que diz respeito ao número de inquéritos concluídos, bem como no tocante ao número de projectos de recomendações e de soluções amigáveis propostas e aceites;
4. Aplauda o Provedor de Justiça por ter conseguido acelerar o tratamento dos inquéritos, sendo que actualmente 52% dos inquéritos são concluídos no prazo de um ano e 68% no prazo de um ano e meio;
5. Regista que o Provedor de Justiça não apresentou um pedido de novos lugares para 2010; apoia o pedido do Provedor de Justiça no sentido de uma revalorização de determinados lugares (3 AST e 2 AD) a fim de permitir uma evolução normal na carreira para os funcionários de mérito;
6. Apoia o pedido do Provedor de Justiça no sentido de um aumento substancial das dotações para formação, o que lhe permitirá implementar uma política de formação à altura da das outras instituições;
7. Regista com satisfação que o Provedor de Justiça prossegue a sua política de poupança e de reafecção, o que para o orçamento de 2010 resulta numa reafecção de 8,1% do orçamento operacional e num total de 17 rubricas orçamentais em 22 que mostram uma diminuição em termos reais em comparação com o orçamento de 2009; verifica que 43,7% do aumento total do orçamento para os Títulos I e II são financiados pela reafecção interna de recursos;
8. Congratula-se pelo facto de o Provedor de Justiça ter conseguido fazer mais economias nos custos de tradução e interpretação, o que resultou numa diminuição destes custos de 8,6% em relação ao orçamento do ano passado;
9. Incentiva o Provedor de Justiça a prosseguir os seus esforços no sentido da poupança e da reafecção de recursos, *inter alia*, programando projectos ao longo dos anos e repartindo, assim, as necessidades de dotações, bem como efectuando reafecções entre rubricas orçamentais.

## RESULTADO FINAL DA VOTAÇÃO EM COMISSÃO

<b>Data de aprovação</b>	1.10.2009
<b>Resultado da votação final</b>	+: 19 -: 0 0: 2
<b>Deputados presentes no momento da votação final</b>	Margrete Auken, Simon Busuttil, Giles Chichester, Bairbre de Brún, Pascale Gruny, Roger Helmer, Peter Jahr, Lena Barbara Kolarska-Bobińska, Miguel Angel Martínez Martínez, Erminia Mazzoni, Willy Meyer, Mariya Nedelcheva, Chrysoula Paliadeli, Ernst Strasser, Csaba Sándor Tabajdi, Diana Wallis, Angelika Werthmann,
<b>Suplente(s) presente(s) no momento da votação final</b>	Sandrine Bélier, Kinga Göncz, Gerald Haefner,
<b>Suplente(s) (nº 2 do art. 187º) presente(s) no momento da votação final</b>	Pablo Arias Echeverría,